



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS: perspectivas e impactos

JULIANA KELLY DANTAS DA SILVA ¹

RESUMO: O capitalismo monopolista se configura como o cenário propício a emergência da profissão do Serviço Social, em especial por marcar a intervenção estatal através das políticas sociais. Dessa maneira, as análises dos autores em estreita relação com o marxismo buscam problematizar como as nuances sociais e econômicas vão ressignificar a forma de ser das políticas sociais, constituindo a trajetória dinâmica do capitalismo em suas transformações societárias. Com isso, as inflexões que impactam na profissão do Serviço Social e dos seus agentes sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Políticas Sociais. Capitalismo. Estado

ABSTRACT: Monopoly capitalism is configured as the scenario conducive to the emergence of the profession of Social Work, especially for marking state intervention through social policies. In this way, the authors' analyzes closely related to Marxism seek to problematize how the social and economic nuances will re-signify the way of being of social policies, constituting the dynamic trajectory of capitalism in its societal transformations. With this, the inflections that impact the profession of Social Work and its social agents.

Keywords: Social Work. Social politics. Capitalism. State

¹ Professor com formação em Serviço Social. Faculdade Sucesso

1 INTRODUÇÃO

As condições sócio-históricas que configuram o cenário do capitalismo monopolista, com seus processos econômico-sociais demarcam o período de emergência da profissão do Serviço Social, possibilitando a compreensão da constituição deste como produto histórico da sociedade do capital, diretamente influenciado pelas transformações societárias, materializadas nas relações objetivas da vida social. A profissão tem na transição da fase do capitalismo concorrencial para o monopólico a sua base concreta de emergência, uma vez que esse processo possibilitou novos fatores que contribuíram para seu surgimento na divisão social e técnica do trabalho.

As análises de Netto (2011) afirmam que somente com a emergência do capitalismo monopolista é possível pensar a intervenção estatal através da política social pública. Contudo, a gênese do Serviço Social precisa ser entendida em sua totalidade, nas múltiplas determinações do real, de maneira que o contexto sócio-histórico em que se move esse processo possa, através dos acontecimentos, não só elucidar a emergência da profissão, mas também permitir as mediações necessárias para compreender o significado social da profissão na contemporaneidade.

É, portanto, a partir dos processos que caracterizam a intervenção do Estado no enfrentamento da questão social que o Serviço Social emerge, mobilizado pelo aparato estatal enquanto profissão e determinado historicamente pela conjuntura de acirramento das desigualdades engendradas no contexto de capitalismo monopolista.

Como assinala WELLEN (2021, p.142)

o Estado tornou-se, cada vez mais, uma instituição central na determinação das condições de vida dos trabalhadores. No lugar de operar tão somente como um regulador externo e pontual dos movimentos do mercado, o Estado potencializou (especialmente a partir das demandas do desenvolvimento do próprio mercado) a sua capacidade interventiva. E, nesse sentido, uma das tarefas principais deste processo ocorre por meio de estratégias de regulação da força de trabalho, seja no seu controle, seja na determinação dos seus valores.

Nesta direção, o Estado ao cumprir seu papel de regulador e, sobremaneira de interventor direto, sendo chamado a atender à demanda emergente da população

por ações assistenciais, de tal modo que busca equilibrar a relação entre acumulação e exploração, lançando mão de mecanismos que permitem contribuir para a acumulação, obscurecendo a exploração, o que afirma a utilização de tratamento diferenciado por um objetivo único: assegurar o máximo de lucros mediante o controle dos mercados.

É, portanto, no interior desse processo contraditório que ao afirmar-se como profissão, o Serviço Social é partícipe do processo de reprodução das relações sociais e, ao mesmo tempo, produto desta. O assistente social é reconhecido como trabalhador assalariado, participando, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, do movimento contraditório do capital e do trabalho que envolve a divisão social e técnica do trabalho no sistema capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Assim sendo, tem-se que as determinações históricas e sociais que marcam a relação da profissão e do seu emergente mercado de trabalho articulam-se as relações contraditórias que engendram o capitalismo na sua forma de desenvolvimento, atrelada ao papel do Estado como funcional às classes dominantes, ainda que permeado pelos embates da classe trabalhadora.

2 Profissionalização do Serviço Social e sua relação com emergência das políticas sociais

A profissão do Serviço Social, ao ser determinada pela conjuntura histórica do capitalismo monopolista, está intrinsecamente ligada às relações sociais contraditórias que o permeiam. Tal fato assinala que o assistente social tem sua atuação caracterizada pelo conflito demarcado pelas demandas oriundas da classe trabalhadora e, do outro lado, é contratado pelo Estado, com conseqüente constituição do mercado de trabalho.

Cabe denotar que o processo de emergência e profissionalização do Serviço Social não se constitui como linear, tendo em vista que as protoformas do Serviço Social, em especial na particularidade brasileira, se dão a partir da vinculação com a Igreja católica com incipientes formas de tratamento da questão social através da ação social, pautada em ações de cunho moralizador. Se esta foi a caracterização inicial da profissão, ela é redimensionada a partir da conjuntura monopolista que

requisita um novo tratamento para as expressões da questão social, onde o Estado, diante do agravamento das condições de vida da classe trabalhadora vai formular políticas sociais que incorporem as demandas do trabalho e fortaleçam a acumulação. Como reafirma Montañó se deve sua existência à síntese das lutas sociais que confluem num projeto político-econômico da classe hegemônica de manutenção do sistema perante a necessidade de legitimá-lo em função das demandas populares e do aumento da acumulação capitalista (MONTAÑO. 2007, p.32).

Este cenário é, portanto, a base para o surgimento das instituições assistenciais como forma do Estado atender as reivindicações da classe trabalhadora. Tais instituições, segundo Iamamoto e Carvalho (2008, p. 306) funcionam para devolver as reivindicações, sob a forma de benefícios indiretos, outorgados através de uma estrutura burocrática, direta ou indiretamente controlada pelo Estado. Portanto, somente a partir das estratégias de enfrentamento da questão social via políticas sociais é que se erige a profissão do Serviço Social.

Os estudos pioneiros de Iamamoto e Carvalho indicam que:

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população. A profissão do Serviço Social se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente da atuação profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 79).

No momento da emergência da profissão, conforme análises de Netto (2011), os assistentes sociais são requisitados para atuar principalmente como “executores terminais das políticas sociais”, de maneira especial quando suas ações se vinculam a sua funcionalidade na relação entre requisições institucionais e demandas populares ².

²É importante destacar que o Serviço Social, nos seus primórdios, esteve vinculado à Igreja Católica, funcionando como estratégia de qualificação do laicato no trato a “questão social”. No entanto, esta vinculação de origem confessional que se fez presente na constituição do assistente social possuía o caráter missionário, ligado à doutrina social da Igreja, com a sua ação pautada na caridade. E expressava uma orientação moral e social de doutrinação religiosa, com o objetivo da reforma social, pautada em ações coercitivas e coesivas. O que não se associa ao trato das expressões da questão social enquanto passíveis de medidas da política social. Portanto, somente com a necessária vinculação ao Estado, as formas de enfrentamento da questão social vão atribuindo determinações à profissionalização do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Assim, a emergência da profissão, articulada à funcionalidade de produção e reprodução das relações sociais no interior do estágio monopólico, determina, em seu período de insurgência, que o perfil profissional atue preferencialmente na administração de problemas sociais com a função controladora e integradora de cunho educativo, moralizador e disciplinador. A exigência desse perfil contribui para a interiorização e aceitação da dominação do capital ao recriar modalidades de intervenção que incide sobre as práticas sociais.

São ações que se desenvolvem nas instituições com propostas que, conforme Iamamoto e Carvalho (2008, p. 308) promovem “o enquadramento dos hábitos de saúde, alimentação, habitação, comportamento e etc, bem como o estímulo à cooperação de classes e o ajustamento psicossocial do trabalhador”.

Dentro desta ótica, o direcionamento das ações profissionais se pauta em intervenções ligadas às formas de controle do trabalho e total subordinação do trabalho ao capital. Assim, a relação estabelecida com o mercado de trabalho profissional, demarca determinado perfil profissional que, muitas vezes, é distinto das demandas dos usuários, subsistindo um tensionamento posto pelas próprias condições de profissionalização do Serviço Social.

Notadamente, vê-se um campo de conflitos que permeia a compreensão das demandas e necessidades em sua vinculação com atribuições e competências profissionais com vistas a problematizar as requisições institucionais e dos usuários. Segundo Prêdes (2015) as demandas postas à profissão ao expressarem a aparência das necessidades sociais, reconhecidas e legitimadas pelo Estado se revelam como requisições institucionais derivadas do capital com a finalidade de integrar a classe trabalhadora, que atendida via políticas sociais, é consensualmente cooptada.

Esta perspectiva denota que o mercado de trabalho profissional é historicamente determinado e define um perfil profissional para o assistente social o que exige para além do atendimento das suas demandas por acumulação o cumprimento de normas institucionais. Considerando essa relação, as demandas institucionais funcionam como requisições que estabelecem as especificidades neste âmbito, indicam o tipo de demanda que será atendido e a forma como será incorporada.

Iamamoto (2012, p.218-219) identifica com clareza essa relação, ao afirmar que

As exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além das normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

Portanto, para realizar seu trabalho, o assistente social integra espaços e instituições, com específicas relações de trabalho e com distintas requisições e condições de atuação, determinando particulares mediações no seu modo de ser e fazer frente às demandas que lhe são postas. São nestes espaços de inserção profissional que os assistentes sociais buscam construir alternativas que sejam capazes de responder as demandas do trabalho, embora estejam sintonizadas com o projeto do capital.

Nessa relação, vivencia-se uma intervenção contraditória, na medida em que conforme Prédés (1999, p.36)

Por um lado, o Serviço Social recebe demandas dos setores dominantes, que constitui um conjunto de requisições técnico-operativas, portadoras de exigências e finalidades definidas pelos interesses sociais dominantes, demandantes da atuação do Serviço Social. De outro lado, o atendimento dessas demandas também contempla interesses de classe antagônicos aos dos demandantes. Embora a profissão tenda a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante, ela reproduz interesses contrapostos e tensionados, respondendo tanto às demandas do capital como às do trabalho.

Evidencia-se, pois, um terreno denso, conformado pela tensão que permeia a profissão e que se caracteriza pela polarização de interesses distintos, vinculado à sua forma de ser, derivada das políticas sociais.

Dessa forma, a configuração do mercado de trabalho ao possuir características particulares na histórica organização da sociedade, através da ação normativa e reguladora do Estado tem estabelecido a execução das políticas sociais com fortes traços paternalistas e caráter humanitário (YAZBEK, 2009).

Na estreita vinculação com as políticas sociais, as configurações assumidas por estas no interior dos processos sociais orientam o perfil do mercado de trabalho profissional. Ressaltamos que a ação normativa e social do Estado nesse momento é imperiosa na conservação do poder absoluto do capital, considerando um perfil profissional que reforça a subordinação aos interesses econômicos, mantendo sob controle as expressões da questão social e condicionando a sua atuação às ações de controle e educativas.

Na direção desta reflexão, as transformações posteriores possibilitaram um conjunto de mudanças na estrutura que compõe o mercado de trabalho profissional. É uma conjuntura que expressa a evolução da crescente subordinação do trabalho ao capital, na medida em que os determinantes da reorganização econômica e, portanto, dos seus interesses prescindem da inoperância ou reestruturação das políticas sociais (YAZBEK, 2009).

Se, o momento inicial da profissionalização do Serviço Social requisita características de controle e ajustamento do trabalhador determinado por um mercado de trabalho rígido, posteriormente ele tende a diferenciar-se, pois o cenário é reconfigurado pela complexa processualidade da dinâmica histórica do capitalismo em tempos de flexibilização³, este entendimento vai ser melhor compreendido frente as análises que dão conta de como a sociedade segue a tendência da reestruturação.

2 As políticas sociais como implicações da tendência da reestruturação do capital no Brasil contemporâneo

A reestruturação capitalista, ordenada pelas metamorfoses atuais societárias incidem diretamente sobre as práticas sociais, reformulando a forma de ser e intervir sobre os processos e as necessidades. Pois, como afirma Mota (2010) as alterações no mundo do trabalho reiteram desafios para o serviço social, principalmente pela sua vinculação ao processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho.

Conforme os processos histórico-sociais que marcam a consolidação do capitalismo e sua elevação ao patamar de acirramento das suas características fundamentais justificadas pela crise econômico-social do Estado. Tais processos assinalam uma redefinição dos sistemas de proteção social e das políticas sociais.

Emergem novas formas de enfrentamento da questão social com a regressão dos direitos e o sucateamento dos serviços públicos. Trata-se do privilegiamento do mercado e o encolhimento do horizonte de legitimidade dos direitos. São novos elementos que contribuem para a reestruturação do sistema e que denotam a subalternidade da classe trabalhadora aos ideais dominantes. É a imperativa

3 A flexibilização consiste numa nova forma de acumulação que elimina a rigidez dos processos, cedendo lugar a uma relação flexível que aliada a crescente revolução tecnológica reestrutura o mercado de trabalho.

capacidade do sistema do capital que legitima a regressão dos direitos sociais e das conquistas do trabalho (NETTO, 1996).

Ainda que seja incontestado a forma como a funcionalidade das políticas sociais são alteradas diante das lutas sociais, é sempre importante sinalizar que há uma relação de tensão. São implicações distintas na estrutura social e que pela própria natureza da dominação tem maior penalidade. Para problematizar um tema tão caro consideramos necessário apreender os desdobramentos que surgem a partir do período de crise na década de 1970 e suas implicações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Um longo período de expansão e acumulação de capital caracterizou a ordem capitalista até meados dos anos 1970, constituído pelo grande crescimento econômico e expansão das taxas de lucro, entretanto a nova década anuncia o fim dos “anos dourados”, esgotando o crescimento e desenvolvimento econômico antes consolidado pela conjugação do modelo de produção taylorista-fordista⁴ e do keynesianismo⁵ (NETTO; BRAZ, 2007).

O atual cenário, caracterizado pela recessão, anuncia uma crise estrutural⁶, deflagrando a intensificação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, com dois detonadores principais que foram: o colapso do ordenamento financeiro mundial, determinado pela desvinculação do padrão dólar-ouro e o choque do Petróleo. Dessa maneira, o contexto de crise aludido associado aos acontecimentos sociopolíticos relativos a organização do movimento sindical com intensa pressão do conjunto dos trabalhadores indica forte tensionamento do padrão

4 O modelo de produção taylorista-fordista, como padrão universal dos anos gloriosos do capitalismo baseava-se na estruturação da produção em massa para o consumo em massa, com redução do tempo e aumento do ritmo de trabalho, intensificando as formas de exploração para uma produção pautada numa maior extração de mais-valia. Este modelo de produção se relaciona a fase que compreende o fim da Segunda Guerra mundial, na década de 1945 até a década de 1970, sendo responsável por fragmentar o trabalho coletivo, na medida em que orienta a produção na distinta separação entre elaboração e execução.

5 O Keynesianismo é uma forma de intervenção estatal com ações que visam o protecionismo econômico, com papel fundamental para estimular a economia teve seu auge nos “anos dourados” da fase imperialista.

6 As crises no capitalismo não podem ser vistas de forma separada de toda movimentação histórica própria do capital, que é produzir e reproduzir objetivando a apropriação e acumulação do excedente produzido - mais-valia -, sem jamais se preocupar com as “necessidades sociais” advindas desse sistema de produção. Nessa conjuntura, o capital busca a reorganização da produção como estratégia para voltar ao ciclo anterior de acumulação. Como bem já sinalizara Marx (2002) no capítulo que trata sobre a Lei Geral da Acumulação, “produzir mais-valia é a lei absoluta do modo de produção capitalista”. E, para que esse processo seja materializado é necessário, contudo, a exploração da força de trabalho humana, uma vez que o acúmulo de riqueza só é possível porque existe o trabalhador.

de acumulação vivenciado nos “anos dourados” e faz emergir transformações estruturais.

Nesta perspectiva de análise, os estudos de Boschetti e Behring(2009) afirmam que a crise é a expressão da consolidação das dificuldades de realização da mais-valia, onde a própria lógica de crescimento cria empecilhos para a sua plena realização o que implica na queda tendencial da taxa de lucros.

As mudanças ocorridas na sociedade têm implicações diversas e se expressam de modo diferenciado entre os países, uma vez que a inserção de determinadas economias não se dão igualmente, devido as suas particulares fases de desenvolvimento.

No Brasil, por exemplo, os efeitos da crise adquirem conotações diversas, em especial pela posição periférica que ocupa na escala mundial. As condições que caracterizam o Brasil na submissão ao capital internacional decorrem da sua formação sócio-histórica, com sua origem colonial e sua cultura escravista. Dessa forma, como apreende Behring e Boschetti (2009, p.25) o “Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambigüidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido de garantia dos privilégios das classes dominantes”.

Para enfrentar os perversos efeitos da crise, o capital tem construído estratégias que penalizam duramente os trabalhadores, atacando diretamente a organização do trabalho com retração dos direitos em detrimento da restauração da taxa de lucro. Neste sentido, evidencia-se que a retomada das taxas de lucros desvincula-se do crescimento e do pleno emprego que sustentavam o pacto dos anos anteriores, inaugurando um período regressivo e desfavorável para os trabalhadores do ponto de vista político e da luta de classes (BOSCHETTI; BEHRING, 2009. p.124)

Nestas condições supracitadas, Antunes(2009) ressalta que a resposta à crise se dá a partir de um processo de reorganização do capital e de seu sistema

ideológico e político de dominação com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Neste momento, comparece a ofensiva neoliberal, determinando a globalização econômica, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado como estratégia de reversão.

Como afirma Netto(1996) empenha-se uma série de reajustes e reconversões que incidem em novas tensões e colisões o que denota o surgimento das intensas transformações societárias.

Diante desse cenário, o capital pressiona transformações no papel do Estado, requisitando um novo papel de intervenção, o que necessariamente perpassa o surgimento de novas formas de conduzir as políticas sociais, com negativas implicações para o trabalho que se expressam na intensificação da exploração da força de trabalho, sob novas condições para a classe trabalhadora o que constitui o agravamento da questão social a partir do predomínio dos ideais capitalistas.

O processo de desmonte das políticas sociais, condicionado à retração do papel do Estado, vincula-se diretamente aos imperativos de acumulação do capital em sua fase imperialista determinando a reestruturação dos elementos que compõem a vitalidade das taxas de lucro. Este novo processo é marcado por uma radical reestruturação do padrão de produção, baseado em novas tecnologias com a articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico por meio da rede microeletrônica de informações. Trata-se da reestruturação produtiva, integrante do conjunto da ofensiva neoliberal com particular implicação para a classe trabalhadora (BEHRING, 2008).

Há uma maior intensificação da exploração do trabalho, como destaca Antunes 2009 com particulares transformações no processo produtivo a partir do incremento tecnológico, com a constituição das formas de acumulação flexível e pela transição do padrão taylorista/fordista para o toyotismo. Como resultado desse processo, novos arranjos são estabelecidos no processo de acumulação capitalista. Na particularidade da fase contemporânea subsiste o acirramento da luta de

classes, corroborando para o aprofundamento da superexploração e desvalorização da força de trabalho, a partir da reprodução ampliada do capital.

A autora Behring(2008, p.36) a partir das análises de Harvey(1993) afirma que há uma radical reestruturação do mercado de trabalho, no sentido de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis e da redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Este contexto, também marcado pela constituição do regime financeiro, indica uma nova configuração do capitalismo mundial, comandada especialmente pela política de ajuste estrutural determinada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização do Comércio(OMC) destinada aos países de Terceiro Mundo evidenciando “as privatizações de empresas estatais, desregulamentações das economias nacionais e ‘reforma’ do Estado”.(Davi et. al ,2010, p.65).

Atrelado ao processo de dominação ideológica e política do capital, e em resposta a reorganização deste sistema, a ofensiva ao Estado de bem-estar social⁷, que é proposto inicialmente pelas experiências neoliberais dos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA) reitera novos contornos, em especial indica que :

A ofensiva neoliberal, sob a batuta das principais agências internacionais de crédito – Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) – e referendada pelo Consenso de Washington, alastrou-se impositivamente sobre as economias periféricas através de acordos e tratados, tomados como requisitos para a concessão de empréstimos e negociação da dívida e/ou a redução de embargos econômicos e políticos (SILVA, 2009, p. 26)

Nesta ótica, a tendência da política social, determinada pela globalização financeira e articulada ao neoliberalismo está conduzida por uma forma tecnocrática e conservadora, com a frágil capacidade de integração dos indivíduos. Este momento, expressa a expansão seletiva das políticas sociais face ao processo de fragmentação da classe trabalhadora com a finalidade de fortalecer o comando da força de trabalho e o consentimento de privatização das políticas sociais. Como afirma Mota (2008, p.139) tal expansão se dá mediante “fragmentação dos meios de consumo coletivo, franqueando ao capital privado a prestação de serviços

⁷ Salientamos que esta ofensiva é contrária a intervenção do Estado na economia e na proteção social, de maneira que retira do Estado a incumbência de garantias efetivas ao trabalho.

considerados rentáveis, como foi o caso da saúde, da educação, da habitação e do mercado de seguros”, tudo isto para atender as necessidades do capital na elevação das taxas de lucro.

Conforme as análises de Granemann (2007, p.58-59) as políticas sociais, a partir da financeirização do capital devem obedecer à novas regras, com forte redução enquanto equipamento público e sua posterior transformação em direitos monetarizados operados nos mercados bancário-financeiros, e não mais como ações do Estado executadas por um corpo de servidores próprios. E acrescenta ainda:

As necessidades da acumulação capitalista de encontrar novos espaços de valorização para resolver, ainda que momentaneamente sua crise, tem nas contra-reformas do Estado sua expressão atual. Primeiro, pela privatização das empresas produtoras de mercadorias e prestadoras de serviços; segundo, pela apropriação dos espaços até então ocupados pelas políticas sociais (previdência, saúde, educação, cultura, esportes, habitação, etc.) convertidos eles mesmos em serviços-mercadoria e transmutados em negócios operados pela iniciativa privada (GRANEMANN, 2007, p. 60)

Com isso, há uma limitação no direcionamento dessas políticas, assegurando o livre desenvolvimento do mercado como garantia para acumulação de capitais, retraindo o papel do Estado, com a premissa de reafirmar o ideário neoliberal através da privatização, da focalização e da descentralização enquanto um conjunto articulado.

Neste momento, o que se evidencia é o tratamento paliativo das demandas da classe trabalhadora, em detrimento da efetiva presença dos moldes de “uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família” (BEHRING, 2009, p. 317).

Contudo, as atuais tendências que se colocam no capitalismo contemporâneo reiteram que a atual conjuntura expressa a redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal, o que implica a transformação das políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os segmentos mais atingidos pelos nefastos efeitos da crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

As políticas sociais têm no âmbito do Estado seu papel deslocado e que, embora, possuam legalmente um aparato normativo que as regulamentam, tem significado uma possibilidade abstrata de se realizar. O que prevalece, portanto, são

as medidas pontuais e restritivas de atendimento das demandas, estruturadas numa parca efetivação de princípios constitucionais quando muito, em razão do momento histórico da ofensiva neoliberal e seus condicionantes.

Na particularidade brasileira, assim como a introdução das políticas sociais ocorreu de modo diferenciado, as implicações do processo de transformações também o foram. No entanto, os traços específicos e determinantes da nova ordem são incorporados naturalmente na nossa sociedade e vão se refuncionalizando e se sobrepondo ao tradicional (NETTO, 1996).

As implicações da lógica do capital nas políticas sociais tem se expressado no Brasil com um agravante: a condição subalterna. Como afirma as autoras Behring e Boschetti(2009) não tivemos aqui um *Welfare state*, nem dispomos de uma cultura de direito e de cidadania. Na nossa particularidade, as conquistas relativas aos “direitos” se deram de modo formal, a partir da Constituição de 1988, onde houve a regulamentação da Seguridade Social com leis específicas que admitiam a universalização da saúde e a ampliação das políticas sociais. Entretanto, tais conquistas não ultrapassaram o campo legal e já ficaram restritas ao plano formal, antes mesmo da sua implementação.

Na conexão da dominação burguesa em sua relação com a transformação capitalista, argumentada por Florestan Fernandes (2020) as alterações que se fundaram no Brasil tem peculiaridades, observado que as mudanças obedecem a ritmos históricos que fazem parte das economias dependentes e subdesenvolvidas.

Nesta direção, a ofensiva neoliberal encontrou um terreno favorável aos seus ideais e vem sendo amplamente desenvolvida no Brasil, em especial a partir da década de 1990. Para atender os seus propósitos, o neoliberalismo assinala mudanças no aparato estatal submetendo os setores rentáveis à lógica de mercado⁸, definindo um Estado máximo para o capital e mínimo para o trabalho, fato que acentua as desigualdades sociais e denota a agudização das expressões da questão social.

Este contexto reestrutura as formas das políticas sociais, deflagrando novas diretrizes para sua implementação e execução, materializadas no Plano Diretor da

8 Os neoliberais retomam a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam ele de natureza puramente econômica ou política. (TEIXEIRA, 1996, p. 195).

Reforma do Estado(PDRE)⁹ que restringe os direitos sociais e beneficia o setor privado com a tendenciosa desresponsabilização do Estado em detrimento da responsabilização da sociedade civil.

Diante desse cenário, as políticas sociais vêm sendo submetidas essencialmente as requisições do capital, com destaque para a privatização da saúde e da previdência social, sem deixar de lado o subfinanciamento da assistência social no tempo presente. Este redirecionamento, como elemento constitutivo da contrarreforma do Estado, aponta para a restrição do padrão de proteção social que tem como foco principal a centralidade de ações voltadas para uma parcela da população pobre, com a defesa da monetarização da vida social. Tais considerações afirmam que o exemplo emblemático disso reside na conformação dos programas de transferência de renda, como aponta a autora Granemann:

Estas devem, objetiva e subjetivamente, envolver e possibilitar a 'inserção' da força de trabalho no mundo das finanças, que, por serem 'bolsas' – são estas as políticas sociais - viabilizam-se por intermédio de instrumentos creditícios e financeiros e são operadas por grandes instituições bancários-financeiras. A modelagem dessas novas mercadorias exige do Estado a redução das políticas sociais como equipamentos públicos e sua transformação em 'diretos monetarizados' operados nos mercados bancários-financeiros, e não mais como ações do Estado executadas por um corpo de servidores próprios (GRANEMANN , 2007, p. 58).

Subsiste neste sentido a priorização de ações que se associem ao incremento financeiro do mercado, como papel importante na implementação de condições que assegurem os interesses do capital. Desse modo, as políticas sociais estão expostas a tendência da restrição dos direitos sociais, sob o argumento da crise fiscal. É resultado de um jogo de forças sociais determinado por orientações macroeconômicas a exemplo do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), do Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No que se refere a perspectiva de contrarreforma do Estado brasileiro, com expansão nos anos 1990 e recolocada num patamar de maior ascensão na atualidade, coloca para a agenda das políticas sociais a necessidade de diminuição das funções do Estado no trato com a classe trabalhadora. Neste sentido, vem empreender como mecanismos estratégicos o ajuste fiscal, a diminuição de gastos,

9 O PDRE é um documento elaborado sob as orientações de Bresser Pereira, então Ministro de Administração e Reforma do Estado, órgão criado exclusivamente para este fim, no governo FHC(1994-1998). Nesta perspectiva, o PDRE considera as conquistas da CF/88, como um retrocesso burocrático sem precedentes.

a crescente privatização, entre outros. Tal estratégia de saída da crise, adotado pelo Estado em consonância com o grande capital conduz a redução dos custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se do Estado a regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais.

Condicionado a tais tendências, a contemporaneidade revela que a combinação da precarização do trabalho, da flexibilização das legislações trabalhistas (e dos direitos sociais) e políticas sociais focalizadas reforçam e redimensionam a lógica capitalista, demarcada pelo redirecionamento do papel do Estado e pela política de ajuste neoliberal (GUERRA, 2010).

É válido afirmar que o Estado no âmbito da articulação com o grande capital, sob o esgotamento das condições da decrescente taxa de lucro decide criar “novas mercadorias”, isto é, transformar as políticas sociais em “novas mercadorias”, promovendo com mais organicidade o processo de financeirização das políticas sociais, com medidas articuladas entre si, como as reformas da previdência social, bem como no sucateamento da política de saúde e na seletividade e focalização da política de assistência social, ou seja, predomina a tendência da mercadorização e assistencialização das políticas sociais com o intuito de agregar lucros para os capitalistas.

Neste momento, ao Estado cabe sempre o papel de prover as circunstâncias de novos contornos para a reprodução ampliada do capital que, no momento oportuno lança mão de diretrizes que, ademais orientado por organismos financiadores, a exemplo do Banco Mundial, estabelece a contenção de gastos com a racionalização da oferta, a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização (BRAVO, MATOS, 2002, p. 200).

4 Considerações finais

A atual tendência das políticas sociais evidencia a retração de direitos, uma vez que estas se encontram marcadas por ações pontuais e compensatórias,

argumentadas pela crise do Estado e pela diminuição dos gastos sociais. Efetivamente, os estudos acerca da racionalidade da contrarreforma e os desafios para o Serviço Social, apontam que a ampliação do Serviço Social ocorre reproduzindo as contradições de expansão do sistema capitalista em sua relação com o Estado.

O Estado neoliberal passa a exigir a focalização e a seletividade, obedecendo, antes de tudo a uma lógica determinada historicamente, pelo sistema capitalista, responsável pela redução do papel do Estado, flexibilização e precarização das relações de trabalho ao mesmo tempo em que amplia os espaços sócio-ocupacionais para a categoria de assistentes sociais, funcionando assim, numa contradição inerente ao modo de produção polarizada pelo capital e trabalho. Essas condições determinam que as metamorfoses sociais e econômicas deslindam severas implicações para o trabalhador, observado os assistentes sociais que estão inseridos neste campo, tendo seu trabalho determinado por essa forma de organização ao mesmo tempo em que é sujeito desse processo enquanto classe trabalhadora.

Portanto, tem-se que a acumulação capitalista no seu processo de desenvolvimento vai ressignificar a forma e a funcionalidade da intervenção estatal sobre a classe trabalhadora, às custas de promover políticas sociais que indicam o seu poder sobre a força de trabalho, seja por meio da coerção por vezes omissa, seja por meio da adesão das reivindicações das lutas sociais. Este é um campo de conflitos, contraditório, mas com análises dialéticas que reafirmam a compreensão da tensão entre capital x trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria T. de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálysis**, v. 12, n 2, p.161-169, jul/dez 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

DAVI, Jordeana et al. A Seguridade Social em tempos de crise do capital: o desmonte do seu orçamento. In: **Revista Ser Social**.v 12 nº 26. Brasília:UNB, 2010.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de uma interpretação sociológica. São Paulo: Editora contracorrente, 2020.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. **Revista em Pauta**, n 20. Rio de Janeiro, 2007.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: Revista **Serviço Social e Sociedade**. nº 104. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional.10. Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana E. AMARAL, Angela S. do. **A nova fábrica de consensos**. 1998.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade** Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011

PRÉDES, R. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. Orientador: Nobuco Kameyama. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 345p. Tese (Doutorado em Serviço Social).

_____. **Necessidades e demandas sociais, demandas institucionalizadas e requisições profissionais**: O Serviço Social nas políticas de educação e agrária no Brasil. Colóquio da UFAL. Alagoas, 2015

SILVA, Sheyla S. A política social brasileira na conjuntura da crise internacional. In: **Seguridade social e saúde**: tendências e desafios / (orgs) Jordeana Davi, Claudia Martiniano, Lucia Maria Patriota. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

SOARES, R. Contrarreforma na política de saúde e prática profissional do Serviço Social nos anos 2000. IN: Mota, A, (org.) **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2010.

WELLEN, Henrique. Política social e reprodução da força de trabalho?: um dilema contemporâneo. In: Revista **Argumentum**, v 13. n 1, Vitória,ES: 2021

YASBEK, Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais**. v.1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.